

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 54326
Título: Vinho do Porto será afectado pela proposta de Bruxelas de aumentar taxas mínimas sobre bebidas alcoólicas					Temática: Generalista	GRP: 2.9
2006/09/11	DIARIO DE NOTICIAS – ECONOMIA	Pág.5	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

IMPOSTOS ESPECIAIS

Vinho do Porto será afectado pela proposta de Bruxelas de aumentar taxas mínimas sobre bebidas alcoólicas

Ⓜ Rúdia Pinto

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de subida das taxas mínimas de impostos para as bebidas alcoólicas, a partir de 2008. No caso de Portugal, o agravamento terá pouco impacto, abrangendo apenas os vinhos fortificados, como o Porto. A Associação de Empresas de Vinho do Porto (AEVP) já reagiu junto do Ministério das Finanças e obteve a garantia de que o Governo estaria atento ao desenvolvimento desta matéria.

A proposta de Bruxelas surge no seguimento de uma deliberação do Conselho de Ministro da Economia e Finanças de Abril de 2005, que encarregou o executivo comunitário de avançar com uma proposta tendo



Apoios "Porto" já pediu ajuda do Governo para "acaustelar interesses do sector"

Bruxelas sugere a actualização das taxas mínimas ao valor da inflação desde 1992, ou seja, aumentos de 31% a partir de 2008

em vista actualizar as taxas, dado que os impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas actualmente em vigor datam já de 1992.

A Comissão Europeia propõe, assim, um aumento das taxas mínimas sobre as diversas categorias de produtos alcoólicos com base na taxa de inflação da UE entre 1993 e 2005, o que corresponde a um aumento de 31%. Com entrada em vigor prevista para Janeiro de 2008, a proposta contempla dois anos de transição para Estados membros que precisem de aumentar as respectivas taxas mínimas sobre bebidas alcoólicas mas tenham dificuldade em fazê-lo já.

Fonte comunitária explicou à Lusa que, no caso de Portugal, a medida terá pouco impacto, uma vez que as taxas mínimas em vigor já são por norma elevadas e, na maior parte dos casos, superiores às que re-

sultarão a nível comunitário do aumento de 31% estipulado.

A excepção prende-se com os denominados "produtos intermédios", ou sejam vinhos fortificados, como o "Porto" que, no entanto, também sofrerão um aumento pouco significativo. Actualmente a taxa mínima aplicada a esta categoria de bebidas em Portugal é de 54,57 euros por hectolitro, quando a taxa mínima em vigor na UE, de 1992, é de 45 euros, pelo que para atingir os 59 euros futuros resultantes do aumento de 31% estipulado bastará um aumento de 8,1%, ou seja, de mais 0,0309 euros por garrafa de 70 cl.

A AEVP, em declarações ao DN, diz que o Governo deve "consistentemente fazer demonstração junto da Comissão da protecção fiscal que dedicou ao vinho do Porto e acaustelar os interesses do sector".